

& Saúde & Direitos

LUTANDO POR DIREITOS NA MARÉ DE RETROCESSOS

**Transexuais e Travestis querem
poder sonhar com um futuro digno**



Foto: Natália Blanco

Visibilidade foi sempre um ingrediente poderoso nas conquistas de direitos anteriores a onda de retrocessos que o Brasil tem vivido. O reconhecimento por parte das políticas públicas, da mídia e daquelas/es que produzem saber e formam opinião, tem sido central neste jogo. Na esteira de outros movimentos de base identitária, transexuais e travestis têm lutado para existir onde tradicionalmente foram ignoradas/os ou somente surgiram como estereótipos: na mídia, no imaginário de estudiosas/os, gestores/as públicas/os e empregadoras/es.

O programa Transcidadania é um exemplo concreto de como a luta por visibilidade pode trazer impactos concretos nas vidas, sonhos e projetos de pessoas que buscam, na afirmação da diferença, a igualdade cidadã. São mulheres transexuais, travestis e honens trans que têm negadas, junto com seus direitos básicos, as múltiplas possibilidades de sonhar com um futuro melhor. Pois se a escola, o mercado de trabalho, a vida comunitária oferecem oportunidades de imaginar futuros diferentes, estas chances costumam ser riscadas do mapa da população T. Às vezes isso acontece muito cedo, o que as/os obriga a lidar, frequentemente sozinhas/os com o banimento de todos esses espaços.

Essa edição do **Saúde & Direitos** é em grande parte dedicada à luta de transexuais e travestis pela cidadania plena. Destaca-se o texto sobre a retificação do nome e do gênero no registro civil - passo fundamental na direção de uma vida digna para a população T. Para muitas/os destas/es ir a uma simples consulta médica torna-se um martírio de ser chamada/o em público por um nome já abandonado, que não condiz com corpos e identidades atuais. Na seção "Eu vivi", Priscila Valentina Gomes da Silva conta como sua inserção no programa Transcidadania multiplicou possibilidades de imaginar seu próprio futuro. Priscila, que trabalha hoje como articuladora da Unidade Móvel do Centro de Cidadania LGBT (CCLGBT), narra um pouco de sua trajetória até aí.

O número traz ainda uma notícia sobre o encontro de transexuais com a secretária de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, Patrícia Bezerra, em fevereiro. A reunião foi pautada por reivindicações a respeito do acolhimento nos serviços públicos e inserção no mercado de trabalho. No campo da saúde, mais precisamente da prevenção às infecções sexualmente transmissíveis, o projeto Fortalecendo Laços botou o bloco na rua no carnaval paulista e, com os jovens, trocou ideias e distribuiu kits com preservativos masculinos, femininos e lubrificantes. Confira!

NOSSO CARTÃO DE VISITA

**Conquistas e impasses
na retificação do nome
e do gênero no registro
civil de travestis e
transexuais**

Por Natália Blanco

**(Auto)Reconhecimento:
Marianne Clemente com
seu RG retificado**

Nome. No dicionário: “Palavra com que se designa e distingue qualquer pessoa, animal ou coisa, bem como qualquer estado, qualidade ou ação; denominação, designação, designativo”. Tudo tem um nome. Todas as pessoas têm, mesmo que não seja aquele que os pais deram. Mesmo que seja um apelido, todo mundo é chamado por um nome.

Nosso nome faz parte de quem somos e de onde viemos. Agora imagine ser chamado/a por um nome que não é o seu. Imagine ser obrigado/a a responder por um nome que não te representa, insistentemente em vários lugares que você frequenta. Pesadelo, não?

Pois bem, esse é um pesadelo extremamente comum para mulheres e homens transexuais e travestis. Todos os dias essas pessoas passam por esse constrangimento.

Isso porque já existem alguns decretos municipais sobre a questão, mas obviamente, na prática, a população T continua passando por situações constrangedoras.

Em geral, para pessoas cisgênero - que se identificam com o gênero de acordo com o sexo designado no nascimento - o nome

de registro não é nada demais. Mas para transexuais e travestis ir a uma consulta médica, por exemplo, se torna um martírio. A cena mais comum é a de uma mulher esperando para ser atendida, quando de repente é chamada por um nome que não condiz com sua imagem. Imagine quantas pessoas desistem da consulta, do atendimento.

O pesadelo nosso de cada dia

É frequente que serviços públicos, como os de saúde, por exemplo, ignorem completamente o fato de que a identificação pelo nome social em todos os documentos dos usuários - incluindo o cartão do SUS - é um direito, assim definido pela carta de Direitos dos Usuários do SUS (Portaria 1.820 de 13 de agosto de 2009). Ou seja, independentemente do registro civil ou decisão judicial, é um direito que a pessoa usuária do SUS seja identificada e atendida pelo nome da sua preferência, sendo proibido o uso de registro de forma vexatória.

Contudo, casos de constrangimento são comuns e o papel acaba tendo mais valor do a identidade da pessoa. É o que diz a advogada Iara Matos, do Centro de Cidadania LGBT da



Zona Norte da capital. Desde 2015, lara vem trabalhando em processos judiciais para realizar a retificação de registro civil de homens e mulheres trans.

“A maioria das meninas e meninos têm esse sonho de realizar a retificação do nome, por causa de constrangimentos que passam diariamente. Muitas mulheres chamam o namorado ou outro homem para acompanhá-las ao médico por já terem a certeza de que vão sofrer por conta do registro civil”, conta.

A advogada atuou entre 2015 e 2016, em outro Centro de Cidadania LGBT, o do Arouche, na região do centro. Seu trabalho era encaminhar as demandas da população que chegava ao órgão. “Antes nosso trabalho era apenas encaminhar essa população para a Defensoria Pública. E eu me sentia angustiada vendo as meninas do Transcidadania naquela situação, pois a retificação do nome tem um papel de melhorar a autoestima delas. Na escola inclusive, não haver o sentimento de que chamar pelo nome social é um favor”, destaca lara.

Concorrer a uma vaga de emprego é outro pesadelo. São diversos os casos em que a mulher, homem trans ou travesti vão concorrer a uma vaga, têm as qualificações necessárias, vão bem na entrevista, mas na hora da apresentação dos documentos ouvem o famoso “depois entramos em contato”. Ligação que jamais acontece na prática. Este é inclusive um dos grandes exemplos de como a retificação do nome pode ajudar a coibir situações de discriminação.

Como funciona o processo de retificação de registro?

Ele tem as burocracias de um processo judicial e acontece da seguinte maneira: uma mulher trans, por exemplo, tem a opção de retificar o nome e/ou mudar a designação de seu gênero no registro. A última alternativa costuma ser mais demorada, já que documentos como RG, CPF, etc. não possuem esta informação, mas apenas as certidões de casamento e nascimento.

Ainda no caso de retificar somente o nome, a pessoa vai precisar apresentar certidão de nascimento atualizada (e não adianta ser a primeira via, porque é preciso comprovar estado civil, bem como a permanência do nome, evitando fraudes); RG; CPF; título de eleitor; declarações de testemunhas (amigos, parentes, colegas de trabalho, etc.) que reconhecem a pessoa em questão como trans e o uso por ela do nome social; outras certidões que indiquem se há processos na justiça em andamento; e, além disso, parecer psicológico, utilizado como paliativo ao laudo psiquiátrico. Este item tem gerado polêmica, pois ao contrário da homossexualidade, a transexualidade ainda é uma doença no vocabulário médico, tratada como “transtorno de identidade sexual”, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Só depois disso tudo o processo tramita na justiça, levando alguns meses. “No direito, nós embasamos as ações judiciais por meio da legislação de registros públicos, aquela que permite que pessoas que possuem nomes vexatórios tenham o direito de trocá-los. Como ainda não existe uma lei para a questão do nome social para travestis e transexuais, nós, por analogia, usamos a lei de registros públicos”, acrescenta lara.

Após o julgamento e sentença do juiz/a, se estabelece um prazo para a promotoria recorrer. Daí finalmente a pessoa leva a sentença ao cartório em que foi registrada para fazer uma certidão com a retificação do nome. Com ela, poderão ser

solicitadas novas vias de todos os demais documentos.

Vitórias individuais e grandes conquistas para a população T

No programa Transcidadania, todas e todos os participantes que, até o fim de 2016, manifestaram o interesse em retificar o registro civil e/ou fazer a modificação de gênero nos documentos, passaram pela orientação da advogada lara Matos. Uma das conquistas em sua opinião é hoje poder entrar com as ações judiciais sem apresentar o parecer psicológico.

Um exemplo é a história de Priscila Valentina, um dos casos que lara atendeu. “Eu lembro da Priscila, quando ela chegou. Ao mesmo tempo que ela parecia um bichinho assustado, não sabia o que fazer, havia também aquele estigma da rua. Hoje ela está lá, sendo articuladora da unidade móvel”.

O processo de retificação do nome de Priscila levou um mês e meio. Ela, que pretende adotar uma criança futuramente, preferiu apenas não alterar o gênero, evitando mais dificuldades quando for realizar a tão sonhada adoção. “Eu não vou me importar se perguntarem para o meu filho ‘qual o nome do seu pai? Priscila Valentina!”, brinca.

A relação entre lara e Priscila ultrapassou as barreiras profissionais e hoje são amigas, bem como tantas outras mulheres e homens trans que a advogada atendeu. “São vitórias e eu vou me emocionar com cada uma delas”, conta lara.

“Eu sou uma defensora da retificação, pois infelizmente, o nome social não é respeitado. Essas pessoas frequentam os lugares que todas as outras: bares, bancos, enfim... São cidadãs, merecem o mesmo respeito que as demais. Nosso nome é nosso cartão de visita, é quem somos, o que nos define e todos e todas temos esse direito”, completa ■

“Foi tão emocionante quando a lara me disse ‘Priscila, seu nome chegou’ Eu falei: ‘sério?’ A verdadeira reação que eu senti nunca vou conseguir expressar, sabe? Você no começo nem acredita! A primeira coisa que eu fiz foi tirar foto do registro e postar, para mostrar para todo mundo, principalmente para a minha família, que nunca achou que isso ia acontecer”

**Priscila Valentina
Gomes da Silva**





Projeto Fortalecendo Laços no carnaval de rua de São Paulo

Escutar os jovens para multiplicar estratégias de prevenção



Foto: Pierre Freitaz

A experiência, além de divertida, serviu para reforçar a importância da prevenção na hora da folia e, sobretudo, dialogar direto com o público jovem LGBT, que muitas vezes não se sente representado pelas campanhas convencionais.

Além do carnaval: tarde com Prevenidas Game no Transcidadania

Outra intervenção do Fortalecendo Laços foi com algumas beneficiárias do programa Transcidadania, em que elas puderam jogar o Prevenidas Game, jogo de tabuleiro humano em que cada casa tem por objetivo informar e promover a reflexão sobre prevenção às infecções sexualmente transmissíveis (IST's), HIV e hepatites virais.

Não é de hoje que o carnaval de rua de São Paulo vem ganhando foliões. Só neste ano, foram mais de 500 blocos cadastrados na Prefeitura.

E para não ficar de fora dessa festa, o projeto “Fortalecendo Laços: Juventude, Sexualidade e Direitos Humanos”, parceria entre KOINONIA e a Secretaria Municipal da Saúde, resolveu unir folia e prevenção. Durante o sábado de carnaval (25) e a segunda-feira (27), cerca de 10 voluntários do projeto foram às ruas do Centro para distribuir kits de prevenção para os foliões.

Os blocos escolhidos foram o “Minho Queens” e o “Love Fest”, ambos na região central. Foram distribuídos cerca de 2 mil kits prevenção, que eram compostos por sacolinhas personalizadas com a logomarca do projeto, contendo preservativos masculinos, femininos e lubrificantes.

É uma maneira de aprender e se divertir ao mesmo tempo. As participantes do Transcidadania jogaram em times e adoraram. “Foi ótimo! Aprendi muitas coisas que não sabia, ou fazia confusão, além de dar muita risada”, contou Melissa de Oliveira ■



Foto: Marianne Clemente



Priscila Valentina Gomes da Silva, “QUEIRA VOCÊ OU NÃO”

“Eu sou Priscila Valentina Gomes da Silva, tenho 26 anos, sou travesti e atualmente sou articuladora da Unidade Móvel do Centro de Cidadania LGBT (CCLGBT) do Arouche, no Centro de São Paulo. Também estudo. Estou no 2º ano do Ensino Médio, lá no colégio Caetano de Campos, na Praça Roosevelt.

Na verdade, minha história é mais do que comum entre a população LGBT, o que muda são os personagens.

Eu sou de Recife, vim para São Paulo porque sempre tive esse sonho. Em 2015, entrei para o programa Transcidadania, que fez toda a diferença na minha vida. Eu voltei para a escola e graças a todas essas oportunidades, eu sou articuladora da Unidade Móvel.

Eu nem imaginava que um dia estaria trabalhando como articuladora. Foi uma surpresa muito grande. Eu estava preocupada porque meu tempo no programa Transcidadania tinha acabado e eu precisava de um emprego. Precisava sobreviver.

Foi numa quinta-feira que recebi uma ligação dando a notícia de que tinha conseguido o emprego na unidade. Logo em seguida, na segunda-feira, eu já levei meus documentos no CCLGBT. E quando me falaram o valor do salário, eu quase caí para trás! Até falei para o moço repetir para mim (risos)! Nunca na minha vida achei que fosse ganhar um salário assim. Fiquei tão feliz!

No meu trabalho, eu faço a testagem, porque a Unidade Móvel realiza o teste rápido de HIV. Fora isso, meu papel é o de chamar as pessoas, passar as informações, falar sobre prevenção. Quando o movimento tá fraco, eu e as meninas saímos ao redor para chamar o povo. E o teste fica pronto na hora. A pessoa só precisa estar em jejum por meia hora antes, porque é pela saliva.

Eu gosto muito de lidar com o povo, sou muito jogada, comunicativa. Tanto que minha vida toda foi lidar com público. Eu já vendi cloro, desinfetante, tapioca... Na verdade, o que eu não gosto é de trabalhar em lugar parado.

Tenho tido várias experiências interessantes, porque tem gente que vem aqui só para ver se o teste funciona mesmo, acredita? Já aconteceu também de eu ter que consolar uma pessoa recentemente. Era um moço que estava na hora do almoço e foi lá fazer com mais uns amigos. E quando ele recebeu o resultado ele entrou em desespero! Ai eu tive que ir até a empresa que ele trabalha para acompanhá-lo. No caminho fui acalmando o rapaz e disse que hoje em dia tem tratamento. Depois de uns dias ele voltou lá para agradecer.

É como eu sempre digo: o Transcidadania me fez aproveitar a escola e o conhecimento. Duas coisas que eu vou usar para o resto da minha vida ■





Participantes do Transcidadania e KOINONIA pautam reivindicações da população T com secretária de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo

Em fevereiro, participantes do programa Transcidadania tiveram a oportunidade de apresentar as demandas da população T ao lado de KOINONIA em uma reunião com a secretária de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, Patrícia Bezerra e o secretário adjunto, Thiago Amparo.

Marcele Gatti, Lohanny Brandao, Demily Nóbrega e Rose Mary levaram para o debate os desafios vividos pela população T no que se refere à inclusão e visibilidade eficaz das pessoas transexuais.

Rose falou sobre a importância do acolhimento da sociedade para com homens e mulheres transexuais. “Se eu tivesse um acolhimento aqui em São Paulo, logo quando cheguei, muitas coisas teriam sido melhores para mim. Graças a Deus e à minha formação de caráter eu consegui não me envolver em situações que pudessem me deixar vulnerável, mas sei que para muitas outras meninas, a história acaba sendo diferente”.

As mulheres também relataram as dificuldades de inserção de pessoas transgêneras no mercado de trabalho, que buscam uma autonomia como meio de driblar a discriminação. Estas barreiras acabam deixando-as em situações de vulnerabilidade.

“Foi um encontro muito especial para nós, transexuais, pois além de termos a oportunidade de sermos ouvidas, nos sentimos acolhidas por alguém que ocupa um cargo importante na administração pública, que se dispôs a saber de nossas histórias e a trabalhar pela população T”, comentou Demily Nóbrega.

A secretária acolheu prontamente as sugestões e reivindicações levadas pelas participantes da reunião, além de se comprometer com as demandas apresentadas. Patrícia Bezerra ressaltou ainda a importância da capacitação dos órgãos públicos para receber de forma correta homens e mulheres transexuais e travestis ■



Expediente

Revisão: Equipe KOINONIA
Diagramação: Equipe KOINONIA

Diretor Executivo de KOINONIA: Rafael Soares de Oliveira
Assessora do Eixo Direitos das Mulheres e da População LGBTQT: Ester Leite Lisboa
Redação: Equipe do Eixo Direitos das Mulheres e da População LGBTQT e colaboradores
Fotografia: Acervo KOINONIA

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129 - Glória | CEP: 22211-230 - Rio de Janeiro - RJ | Tel.: (21) 3042-6445; Rua Barão de Itapetininga, 120 sala 307 - República | CEP: 01042-020 São Paulo - SP | Tel.: (11) 3667-9570; Travessa da Ajuda, s/nº, Edifício Martins Catharino, sl.705 - Centro | CEP: 40020-030 - Salvador - BA | Tel.: (71) 3266-3480

Apoio

